



JUCESP PROTOCOLO
0.694.502/18-2



INSTRUMENTO PARTICULAR DE 11ª ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL DA
QMC TELECOM DO BRASIL CESSÃO DE INFRAESTRUTURA LTDA.

CNPJ/MF nº 13.733.490/0001-87

NIRE 35.225.440.554

Pelo presente instrumento particular, as partes abaixo:

QMC TELECOM BRAZIL, L.P., sociedade constituída e existente de acordo com as leis do Estado de Delaware, Estados Unidos da América, com sede em 1209 Orange Street, Corporation Trust Center, na cidade de Wilmington, Estado de Delaware, 19801, Estados Unidos da América, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.683.587/0001-22, neste ato representada, por sua procuradora Sra. **Anna Lucia de Souza**, brasileira, casada, advogada, portadora da Carteira de Identidade RG nº 19108333 SSP/SP e inscrita no CPF/MF sob o nº 148.956.348-25, com endereço comercial na Rua Gomes de Carvalho, nº 1.510. cj 17, Vila Olímpia, na cidade de São Paulo-SP ("**QMC LP**"); e

ANDRÉ MACHADO FONSECA, brasileiro, casado, engenheiro eletrônico, portador da Cédula de Identidade RG nº 348.208/SSP – MS e inscrito no CPF/MF sob o nº 165.861.148-96, residente e domiciliado na Cidade de Cajamar, Estado de São Paulo, na Rua Hematita, AF5, Condomínio Serra dos Cristais, Serra dos Lagos, CEP 07781-225, neste ato representado por sua procuradora, Sra. **Anna Lucia de Souza**, acima qualificada ("**ANDRÉ**"),

únicos sócios da sociedade limitada **QMC TELECOM DO BRASIL CESSÃO DE INFRAESTRUTURA LTDA.** com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gomes de Carvalho, nº 1510, Conjunto 171, 17º andar, sala 01, Vila Olímpia, CEP 04547-005, com seu Contrato Social de Constituição arquivado na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("**JUCESP**") sob NIRE 35.225.440.554, em sessão de 17 de maio de 2011, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.733.490/0001-87, tendo sua 10ª Alteração de Contrato Social, datada de 28 de dezembro de 2018, arquivada sob o nº 9.118/18-4, em sessão de 5 de janeiro de 2018 ("**Sociedade**"),



JUCESP
24 07 2018

têm, entre si, justo e contratado, proceder à 11ª Alteração do Contrato Social da Sociedade, nos seguintes termos:

1. Integralização do Capital Social e Prorrogação do Prazo Para Integralização do Saldo Remanescente.

1.1. Os sócios decidem consignar a integralização, em moeda corrente nacional, do valor correspondente a R\$ 304.053.660,87 (trezentos e quatro milhões, cinquenta e três mil, seiscentos e sessenta reais e oitenta e sete centavos) em moeda corrente nacional.

1.2. Os sócios decidem, ainda, prorrogar prazo para integralização do valor remanescente de R\$ 51.158.339,13 (cinquenta e um milhões, cento e cinquenta e oito mil, trezentos e trinta e nove reais e treze centavos), para 30 de junho de 2019.

1.3. Tendo em vista a deliberação acima, o Artigo 5º do Contrato Social passa a vigorar com a seguinte redação:

"Artigo 5º - O Capital Social é de R\$ 355.212.000,00 (trezentos e cinquenta e cinco milhões, duzentos e doze mil de reais), dividido em 29.601 (vinte e nove mil, seiscentas e uma) quotas, no valor nominal de R\$ 12.000,00 (doze mil reais) cada uma, assim distribuídas entre os sócios:

Quotistas	Quotas	Valor	%
QMC TELECOM BRAZIL, L.P.	29.600	R\$ 355.200.000,00	99,997
ANDRÉ MACHADO FONSECA	1	R\$ 12.000,00	0,003
TOTAL	29.601	R\$ 355.212.000,00	100,0000

Parágrafo 1º - O valor de R\$ 304.053.660,87 (trezentos e quatro milhões, cinquenta e três mil, seiscentos e sessenta reais e oitenta e sete centavos) encontra-se totalmente integralizado em moeda corrente nacional, e o valor remanescente de R\$ 51.158.339,13



JUL 27
24 07 18

(cinquenta e um milhões, cento e cinquenta e oito mil, trezentos e trinta e nove reais e treze centavos) será integralizado pela sócia **QMC LP**, em moeda corrente nacional, até 30 de junho de 2019.

Parágrafo 2º - Cada uma das quotas dá direito a 01 (um) voto nas deliberações sociais, cujas decisões deverão ser tomadas em conformidade com o disposto no artigo 17 abaixo.

Parágrafo 3º - Cada quotista será solidariamente responsável pelo pagamento integral do montante total do capital autorizado da Sociedade. A responsabilidade dos sócios é, na forma da lei, restrita ao valor de suas quotas. As deliberações adotadas que infringirem o contrato social ou lei aplicável implicarão a responsabilidade ilimitada dos sócios que a adotaram.

Parágrafo 4º - As quotas representando 100% (cem por cento) do Capital Social da Sociedade estão sujeitas ao Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Quotas celebrado em 28 de dezembro de 2017 entre QMC Telecom Brazil, L.P., André Machado Fonseca, ING Bank N.V., Filial de São Paulo, a Sociedade e Paraná Terras Ltda., conforme aditado, e encontram-se alienadas fiduciariamente em favor do ING Bank N.V., Filial de São Paulo ou de quaisquer de seus sucessores ou substitutos. As quotas da Sociedade não poderão ser vendidas, cedidas, transferidas, gravadas, penhoradas, ou outorgadas em garantia como objeto de qualquer ônus sem o consentimento prévio por escrito do ING Bank N.V., Filial de São Paulo."

2. Consolidação do Contrato Social.

2.1 Tendo em vista a deliberação acima, os sócios decidem consolidar o Contrato Social que passa a vigorar com a seguinte redação:

"CONTRATO SOCIAL
DE
QMC TELECOM DO BRASIL CESSÃO DE INFRAESTRUTURA LTDA.



[Handwritten signature]

NOTA
24 07 18

I - Denominação, sede, objeto e duração

Artigo 1º A Sociedade é denominada QMC TELECOM DO BRASIL CESSÃO DE INFRAESTRUTURA LTDA., sendo regida pelo disposto nas cláusulas deste contrato e legislação pertinente.

Artigo 2º A Sociedade tem sede e foro na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Rua Gomes de Carvalho nº 1510, Conjunto 171, 17º andar, Sala 01, Vila Olímpia, CEP 04547-005, podendo, por decisão da maioria do capital social, abrir filiais, agências, escritórios ou sucursais em qualquer parte do país ou no exterior, alocando capital em separado.

Artigo 3º A Sociedade tem por objeto:

(a) Cessão de espaço em estruturas metálicas, de concreto ou outras análogas de sua propriedade, a terceiros para que instalem, operem, gerenciem e mantenham transmissores de telecomunicações, por qualquer meio, inclusive, rádio, televisão, ou qualquer outro meio de comunicação.

(b) Aluguel de infraestrutura e equipamentos de telecomunicações ou bens móveis relacionados; e

(c) Participação em outras Sociedades ou empreendimentos congêneres ou não, como quotista, acionista, sócio quotista participante ou instrumentos similares.

Artigo 4º O prazo de duração da Sociedade é indeterminado.

II - Capital social

Artigo 5º O Capital Social é de R\$ 355.212.000,00 (trezentos e cinquenta e cinco milhões, duzentos e doze mil de reais), dividido em 29.601 (vinte e nove mil, seiscentas e



[Handwritten mark]

DUCEP
24 07 18

uma) quotas, no valor nominal de R\$ 12.000,00 (doze mil reais) cada uma, assim distribuídas entre os sócios:

Quotistas	Quotas	Valor	%
QMC TELECOM BRAZIL, L.P.	29.600	R\$ 355.200.000,00	99,997
ANDRÉ MACHADO FONSECA	1	R\$ 12.000,00	0,003
TOTAL	29.601	R\$ 355.212.000,00	100,0000

Parágrafo 1º - O valor de R\$ 304.053.660,87 (trezentos e quatro milhões, cinquenta e três mil, seiscentos e sessenta reais e oitenta e sete centavos) encontra-se totalmente integralizado em moeda corrente nacional, e o valor remanescente de R\$ 51.158.339,13 (cinquenta e um milhões, cento e cinquenta e oito mil, trezentos e trinta e nove reais e treze centavos) será integralizado pela sócia QMC LP, em moeda corrente nacional, até 30 de junho de 2019.

Parágrafo 2º - Cada uma das quotas dá direito a 01 (um) voto nas deliberações sociais, cujas decisões deverão ser tomadas em conformidade com o disposto no artigo 17 abaixo.

Parágrafo 3º - Cada quotista será solidariamente responsável pelo pagamento integral do montante total do capital autorizado da Sociedade. A responsabilidade dos sócios é, na forma da lei, restrita ao valor de suas quotas. As deliberações adotadas que infringirem o contrato social ou lei aplicável implicarão a responsabilidade ilimitada dos sócios que a adotaram.

Parágrafo 3º - As quotas representando 100% (cem por cento) do Capital Social da Sociedade estão sujeitas ao Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Quotas celebrado em 28 de dezembro de 2017 entre QMC Telecom Brazil, L.P., André Machado Fonseca, ING Bank N.V., Filial de São Paulo, a Sociedade e Paraná Terras Ltda., conforme aditado, e encontram-se alienadas fiduciariamente em favor do ING Bank N.V., Filial de São Paulo ou de quaisquer de seus sucessores ou substitutos. As quotas da Sociedade não poderão ser vendidas, cedidas, transferidas, gravadas, penhoradas, ou outorgadas em



JUCESP
24 07 18

garantia como objeto de qualquer ônus sem o consentimento prévio por escrito do ING Bank N.V., Filial de São Paulo.

III - Cessão e transferência de quotas

Artigo 6º Os quotistas poderão vender ou transferir suas quotas, desde que, primeiramente, as ofereça à quotista **QMC LP** observadas as condições constantes neste Contrato Social, bem como aquelas constantes de eventuais instrumentos de acordo entre os quotistas e/ou contratos de opção de compra.

IV – Direito de Preferência

Artigo 7º À exceção da quotista **QMC LP**, caso um quotista deseje transferir ou vender todas ou parte das suas quotas para um terceiro, este quotista deverá, primeiramente, oferecer tais quotas à **QMC LP**. Esta oferta deverá ser feita por meio de carta registrada com aviso de recebimento ou correspondência eletrônica (e-mail) e reputar-se-á efetiva na data de seu recebimento. A **QMC LP** terá o prazo de um mês para exercer seu direito de preferência. O preço de compra das quotas oferecidas à venda será negociado pelas partes no decorrer de tal prazo, ou, em não havendo consenso entre as partes sobre o preço de compra, tal preço deverá ser calculado conforme disposto no Artigo 8º abaixo.

V – Valor da quota

Artigo 8º O valor das quotas representativas do capital da Sociedade deverá ser o correspondente ao seu valor nominal, sem que seja levado em consideração o seu valor de mercado ou patrimonial.

VI – Administração

Artigo 9º A administração da Sociedade será exercida individualmente ou em conjunto pelos Srs. **André Machado Fonseca**, brasileiro, casado, engenheiro eletrônico,



2018
24 07 18

portador da Carteira de Identidade RG nº 348.208/SSP – MS e inscrito no CPF/MF sob o nº 165.861.148-96, residente e domiciliado na Cidade de Cajamar, Estado de São Paulo, na Rua Hematita, AF5, Condomínio Serra dos Cristais, Serra dos Lagos, CEP 07781-225, neste ato designado como **Presidente Executivo**; e **Pedro Lemos Fontoura**, brasileiro, casado, engenheiro eletricitista, portador da Carteira de Identidade RG nº 4.036.534-44-SSP-BA, inscrito no CPF/MF sob o nº 738.304.025-20, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Dr. Mário Vilas Boas Rodrigues, nº 161, apartamento 174, Torre Belle, Santo Amaro, CEP 04757-020, neste ato designado como **Diretor de Operações**, estando sujeitos aos Parágrafos abaixo. Os administradores deverão revestir-se de plenos poderes para atuarem em nome da Sociedade e representá-la, sempre sob a supervisão da quotista **QMC TELECOM BRAZIL L.P.**, sendo-lhe dispensada a prestação de garantia ou caução. A quotista **QMC TELECOM BRAZIL L.P.** poderá nomear, a seu exclusivo critério e a qualquer tempo, outro ou outros Administradores, inclusive por meio de instrumento apartado, para igualmente exercerem a administração da Sociedade, integrando a Diretoria, sendo-lhe impostas todas as limitações constantes neste Contrato Social.

Parágrafo 1º Compete exclusivamente ao Presidente Executivo, independente de autorização prévia da sócia **QMC LP**, os poderes para:

- (a) Comprar, vender, onerar ou de qualquer outra maneira dispor de qualquer imóvel ou ativo fixo da Sociedade que não excedam o valor individual ou total de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) ou mesmo assumir obrigações ou assinar contratos que não excedam o valor individual ou total de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais);
- (b) Celebrar contratos de locação, termos de permissão de uso, cessão de uso e/ou arrendamento para instalação de equipamentos de telecomunicações por valor que não exceda, na totalidade, R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais);
- (c) Nomear procuradores para representar a Sociedade na execução de quaisquer atos e no que se refere a quaisquer matérias relacionadas às atividades do dia-a-dia da



7

JUL 24 07 18

Sociedade, pelo prazo de 1(um) ano, exceto os mandatos com poderes da cláusula ad judicia, que poderão ser outorgados com prazo indeterminado, desde que a procuração delimite os poderes outorgados; e

- (d) Gerenciar as contas da Sociedade em conformidade com o fluxo de caixa aprovado pela sócia **QMC LP**.

Parágrafo 2º O Presidente Executivo não poderá praticar qualquer um dos atos seguintes, sem a prévia autorização escrita da quotista **QMC LP**, que poderá ser evidenciada por carta, documento ou procuração, com firma devidamente reconhecida:

- (a) Nomear procuradores para representar a Sociedade na prática de qualquer dos atos abaixo relacionados;
- (b) Engajar-se em novos negócios não relacionados com os objetivos da Sociedade;
- (c) Dar garantias para assegurar o cumprimento de obrigações de qualquer terceiro pessoa física ou jurídica;
- (d) Empréstar ou tomar dinheiro emprestado;
- (e) Comprar, vender, onerar ou de qualquer outra maneira dispor de qualquer imóvel ou ativo fixo da Sociedade que excedam o valor individual ou total de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), inclusive em relação à sociedades controladas, ou mesmo assumir obrigações ou assinar contratos que excedam o valor individual ou total de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) e/ou celebrar contratos de locação para instalação de equipamentos de telecomunicações que excedam, na totalidade, R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais);
- (f) Reinvestir lucros e/ou distribuir dividendos;
- (g) Entrar com pedido de falência ou de recuperação judicial;



DUPLICATA
24.07.18

- (h) Constituir, dissolver ou liquidar filiais, agências e escritórios da Sociedade no Brasil ou no exterior;
- (i) Adquirir, dissolver ou modificar participações em outras sociedades ou organizações; e
- (j) Aprovar a realização de quaisquer dos atos descritos nas alíneas acima em relação às sociedades controladas ou nas quais a Sociedade detenha participação, com exceção dos poderes estabelecidos na alínea (e), que sempre estarão limitados ao valor total de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) no que se refere às sociedades controladas.

Parágrafo 3º Compete ao Diretor de Operações os poderes para, individualmente:

- (a) Assinar contratos de fornecimento de bens e/ou serviços relacionados à aquisição, ao licenciamento, ao fornecimento de energia, à construção e à manutenção de infraestruturas e/ou equipamentos de telecomunicações detidas pela Sociedade, desde que não excedam o valor individual ou total de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais);
- (b) Celebrar contratos de locação, termos de permissão de uso, cessão de uso e/ou arrendamento para instalação de equipamentos de telecomunicações por valor que não exceda, na totalidade, R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais). A partir de R\$ 500.001,00 (quinhentos mil e um real), os contratos de locação, termos de permissão de uso, cessão de uso e/ou arrendamento devem ser assinados exclusivamente pelo Presidente Executivo, até o limite da sua alçada, conforme indicado no Parágrafo 1º acima; e



DUCE 32
24 07 18

- (c) Nomear procuradores para representar a Sociedade no licenciamento e no fornecimento de energia para as infraestruturas de telecomunicações detidas pela Sociedade, sempre limitado ao prazo de 1 (um) ano.

Parágrafo 4º O Presidente Executivo poderá convocar Reuniões de Diretoria especiais, para decidir sobre questões de administração. As atas das Reuniões de Diretoria serão registradas no competente Livro de Atas de Reunião da Diretoria.

Parágrafo 5º O(s) Administrador(es) declara(m), sob as penas da lei, que não está(ão) impedido(s), por lei, especial, e nem condenado(s), e nem se encontra(m) sob os efeitos da condenação que o(s) proíba(m) de exercer a administração da Sociedade.

Parágrafo 6º Os sócios quotistas, neste ato, decidem que a remuneração devida ao(s) Administrador(es) da Sociedade se dará mediante contratação específica, a ser definida em reunião de quotistas, podendo ser pró-labore, não sendo assegurados, no entanto, a distribuição de lucros ou a sua antecipação.

VII – Conselho Fiscal

Artigo 10 Não será instituído Conselho Fiscal.

VIII- Direito de Recesso

Artigo 11 Além do direito de recesso garantido a cada quotista nos termos da lei e o consequente direito de preferência concedido pela lei e pelo Artigo 7º acima aos demais quotistas, é garantido o direito de recesso do sócio, e a liquidação de suas quotas, em conformidade com o Artigo 16, quando, por deliberação de $\frac{3}{4}$ (três quartos) do capital social, o contrato social for modificado em qualquer de suas cláusulas e nas hipóteses de fusão e de incorporação, havendo discordância dessas operações por parte do sócio minoritário, nos 30 (trinta) dias subsequentes à reunião.



JUCESP
24 07 2018

IX- Exercício Social e Balanço Patrimonial

Artigo 12 O exercício social da Sociedade encerrar-se-á em 31 de dezembro de cada ano. Ao fim de cada exercício social, serão elaborados o inventário, balanço patrimonial e balanço de resultados econômicos. Sujeitos à legislação aplicável, os lucros apurados em tal balanço patrimonial serão aplicados conforme decidido pelas quotista.

Parágrafo Único A Sociedade poderá levantar balanços extraordinários a qualquer tempo.

X – Dissolução da Sociedade

Artigo 13 A Sociedade não poderá ser dissolvida por ocasião da retirada, falência, insolvência, dissolução ou exclusão de qualquer dos quotistas. Em qualquer uma dessas hipóteses, os quotistas remanescentes poderão dar continuidade aos negócios da Sociedade e adquirir, ou nomear um terceiro para adquirir as quotas de tal quotista a valor de livros, conforme o último balanço patrimonial da Sociedade.

Parágrafo Único No evento de retirada, exclusão de sócio ou qualquer outra circunstância em que reste um único sócio na Sociedade, a pluralidade da Sociedade deverá ser reconstituída no prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

XI - Liquidação

Artigo 14 No caso de liquidação serão observadas as disposições legais aplicáveis.

XII – Exclusão de Sócios

Artigo 15 Os sócios representantes de mais da metade do capital social poderão, em reunião convocada especialmente para este fim, deliberar a exclusão de um ou mais sócios caso entendam que estes estão pondo em risco a continuidade da empresa em virtude de atos de inegável gravidade ou em virtude de quaisquer outros atos que julguem constituir justa causa para exclusão incluindo, mas não se limitando a atos de



2018
24 07 18

concorrência com a Sociedade, concorrência desleal, desvio de clientela, desídia na condução dos negócios, comportamentos que indiquem ações não apropriadas para o padrão de um sócio ou a defesa dos interesses da Sociedade, atos de agressão verbal, escrita ou de outra forma, entre outros.

Parágrafo 1º Poderá ser de pleno direito excluído da Sociedade o sócio declarado falido, insolvente ou aquele cuja quota tenha sido liquidada no caso do artigo 1.026 do Código Civil.

Parágrafo 2º O sócio excluído deverá ser notificado da reunião que deliberará sua exclusão no prazo de 05 (cinco) dias anteriores à sua realização a fim de permitir o seu comparecimento e o exercício de seu direito de defesa.

XIII – Apuração e Pagamento de Haveres

Artigo 16 Nos casos de retirada ou exclusão de um sócio, o valor da sua quota, considerada pelo montante efetivamente realizado, liquidar-se-á, com base no Artigo 8º.

Parágrafo 1º O capital social sofrerá a correspondente redução, salvo se os demais sócios suprirem o valor da quota.

Parágrafo 2º A quota liquidada será paga em dinheiro, no prazo de 90 (noventa) dias, a partir da liquidação.

XIV – Deliberações dos Sócios

Artigo 17 Os sócios deverão se reunir ao menos uma vez por ano, nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, reunião esta convocada por qualquer Administrador com antecedência de no mínimo 15 (quinze) dias de sua realização, com o objetivo de:



[Handwritten signature]

DUPLICATA
24.07.18

- (a) tomar as contas dos administradores e deliberar sobre o balanço patrimonial e o de resultado econômico;
- (b) designar administradores, quando for requerido por lei; e
- (c) tratar de qualquer outro assunto constante da ordem do dia de interesse da Sociedade.

Até 30 (trinta) dias antes da data marcada para a reunião, o balanço patrimonial e o de resultado econômico devem ser disponibilizados aos sócios.

Parágrafo 1º Os sócios poderão se reunir a qualquer tempo quando necessário, mas se reunirão nos seguintes casos, além daqueles previstos na lei, desde que referida reunião seja convocada por qualquer Administrador, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias:

- (a) aprovação das contas da administração;
- (b) designação dos administradores, quando feita em ato separado;
- (c) destituição dos administradores;
- (d) modo de sua remuneração, quando não estabelecido no contrato;
- (e) nomeação e destituição dos liquidantes e o julgamento de suas contas; e
- (f) o pedido de recuperação judicial.

Parágrafo 2º As deliberações dos sócios, excetuados os casos previstos em Lei ou no Parágrafo 3º desta cláusula, ou em outra cláusula do Contrato Social, deverão ser tomadas por votos correspondentes a mais da metade do capital social.

Parágrafo 3º A modificação do Contrato Social, incorporação, fusão, dissolução da Sociedade ou cessação do estado de liquidação serão tomadas pelos votos correspondentes, no mínimo, a $\frac{3}{4}$ (três quartos) do capital social, em reunião de sócios convocada para tal fim.



Handwritten signature or mark.

XV - Alterações

Artigo 18 O presente instrumento poderá ser alterado, no todo ou em parte, mediante decisão da quotista representando $\frac{3}{4}$ (três quartos) do capital social.

XVI – Legislação Aplicável

Artigo 19 Desde já, a Sociedade, naquilo em que o contrato social for omissivo e apresentar lacunas, reger-se-á pelas normas aplicáveis à sociedade anônima, ou seja, pelas normas da Lei 6.404/76.

XVII - Foro

Artigo 20 Fica eleito o Foro da Capital do Estado de São Paulo para qualquer ação fundada neste Contrato Social, renunciando-se a outro por mais privilegiado que seja.

XVIII – Declaração de Desimpedimento

Artigo 21 O(s) Administrador(es) declara(m) não estar incurso(s) em nenhum dos crimes previstos em lei que o(s) impeça(m) de exercer a atividade mercantil, ou seja, declara(m) não ter praticado ou ser condenado à pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade.

XIX- Livros Societários Obrigatórios

Artigo 22 A Sociedade terá os seguintes livros societários obrigatórios:

- (a) Livro de Atas de Reuniões de Quotistas;
- (b) Livro de Atas de Reuniões da Administração;
- (c) Livro de Presença de Quotistas."

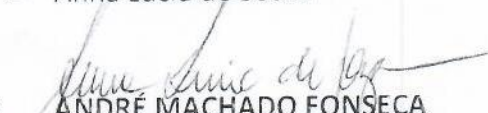


JUCESP
24 JUL 2018

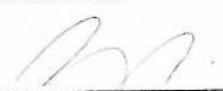
E, estando assim justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento particular de alteração do contrato social da Sociedade, em 03 (três) vias, na presença das testemunhas abaixo.


São Paulo, 16 de julho de 2018.

p.p. 
QMC TELECOM BRAZIL, L.P.
Anna Lucia de Souza

p.p. 
ANDRÉ MACHADO FONSECA
Anna Lucia de Souza

Testemunhas:

1. 
Nome: Bruna Z. Buzo
RG: 44.850.294-6 SSP/SP
CPF/MF: 309.919.878-10

2. 
Nome: Anna Carolina R. de Lima
RG: 54.465.486-X SSP/SP
CPF/MF: 484.862.123-37

EM BRANCO



Henrique Andrade Silva
ESCREVENTE AUTORIZADO
CUSTAS CONTRIB. PT VERBA - R\$ 3,50